

A abordagem morfogenética de Margaret Archer: uma apresentação crítica

*Margaret Archer's morphogenetic approach:
a critical presentation*

*El enfoque morfogenético de Margaret Archer:
una presentación crítica*

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.41630>

Eduardo Rosa Guedes

Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: edu.rguedes@gmail.com

Léo Peixoto Rodrigues

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado do Instituto de Filosofia, Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPel), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: leo.peixotto@gmail.com

RESUMO

O pensamento da socióloga Margaret Archer, para além da questão da reflexividade, é pouco difundido no Brasil, não obstante a existência de publicações sobre o Realismo Crítico no país, perspectiva que, por certo, reverberou no pensamento da autora. Por esse motivo, o presente artigo busca detalhar a lógica teórica proposta por Archer acerca da relação entre agência, estrutura e cultura ao longo do tempo. Para isso, estabelecemos um conjunto de objetivos específicos, quais sejam: ressaltar as diferentes fases do pensamento da autora, em particular, a chamada fase *dualismo realista*; explorar detalhadamente a operacionalização da sua *abordagem morfogenética*. Por fim, apresentar as principais críticas à sua operacionalização, colaborando para dirimir uma lacuna existente no que diz respeito à assimilação do seu pensamento no contexto brasileiro. Como conclusão, também será indicado que a dimensão temporal, tão central no empreendimento da autora, ainda precisa ser mais bem problematizada, visto ter imprecisões.

Palavras-chave: sociologia; teoria sociológica; teoria social realista; abordagem morfogenética.

ABSTRACT

The thought of sociologist Margaret Archer, beyond the issue of reflexivity, is little disseminated in Brazil, despite the existence of publications on Critical Realism in the country, a perspective that certainly reverberated in the author's thought. For this reason, this article seeks to detail the theoretical logic proposed by Archer about the relationship between agency, structure and culture over time. To this end, we have established a set of specific objectives, namely: to highlight the different phases of the author's thought the so-called *realist dualism* phase; to

explore in detail the operationalization of her *morphogenetic approach*. Finally, to present the main criticisms of its operationalization, collaborating to solve an existing gap regarding the assimilation of his thought in the Brazilian context. As a conclusion, it will also be indicated that the temporal dimension, so central in the author's enterprise, still needs to be better problematized, since it has inaccuracies.

Keywords: sociology; sociological theory; realistic social theory; morphogenetic approach.

RESUMEN

El pensamiento de la socióloga Margaret Archer, más allá de la cuestión de la reflexividad, es poco difundido en Brasil, a pesar de la existencia de publicaciones sobre Realismo Crítico en el país, perspectiva que ciertamente reverberó en el pensamiento de la autora. Por eso, este artículo busca detallar la lógica teórica propuesta por Archer sobre la relación entre agencia, estructura y cultura a lo largo del tiempo. Para ello, hemos establecido una serie de objetivos específicos, a saber: destacar las diferentes fases del pensamiento de la autora, en particular, la denominada fase del *dualismo realista*; explorar en detalle la operacionalización de su *enfoque morfogenético*. Finalmente, presentar las principales críticas a su operacionalización, colaborando para resolver una laguna existente en cuanto a la asimilación de su pensamiento en el contexto brasileño. Como conclusión, también se indicará que la dimensión temporal, tan central en la empresa de la autora, aún necesita ser mejor problematizada, ya que presenta imprecisiones.

Palabras clave: sociología; teoría sociológica; teoría social realista; enfoque morfogenético.



À guisa de uma introdução¹

Na história da produção de conhecimento teórico-sociológico, o período ensaístico, por assim dizer, foi objeto de (re)conhecimento, de (re)exame, de farto debate e de reflexão ao longo de todo o século XX, inclusive no Brasil. Continua, mesmo nos dias de hoje, sendo tema bem contemplado na maior parte dos grandes eventos de Sociologia e Ciências Humanas e Sociais pelo país. Não sem razão que Gildo Marçal Brandão (2005:231) afirmou que atualmente um conjunto diversificado de pesquisadores, equipados com um instrumental analítico acumulado por décadas, “[...] vem não apenas revisitando o ensaísmo dos anos 30, mas vasculhando a história intelectual do país e produzindo uma quantidade respeitável de análises, pesquisas empíricas e historiográficas [...]”.

Por certo que toda ciência disciplinar, quando munida de novos avanços lógico-epistemológicos, revisita antigos problemas – tanto empíricos quanto teóricos – para lançar novas luzes, extrair renovadas reflexões ou mesmo testar a capacidade explicativa de certos arsenais teórico-metodológicos e mesmo ontológicos. A pergunta, entretanto, que cabe aqui fazer, é com que lente teórica estes ensaísmos e, não apenas eles, mas problemas clássicos da Sociologia, em particular, têm sido revisitados e quais os novos debates têm se estabelecido a partir de tais práticas no âmbito da “ciência da sociedade”? No âmbito da teoria sociológica, mormente em nível internacional, por exemplo, é possível constatar esse movimento de revisão de antigos problemas empíricos ou teóricos, sobretudo a partir da década de 1980.

Segundo Jeffrey Alexander (1987), a década de 1980 foi marcada por uma tendência – chamada de “novo movimento teórico” – que buscou (re)examinar as velhas antinomias sociológicas fundamentais: a relação entre “ação e estrutura”, “subjetivismo e objetivismo” ou “micro e macro”. Através de *articulações praxiológicas*, autores como Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas, Anthony Giddens, Randall Collins e o próprio Jeffrey Alexander, lançaram novos entendimentos, novos caminhos para o desenvolvimento da teoria sociológica ao salientarem que o entendimento da sociedade moderna (e contemporânea) deve partir da relação entre ambas as instâncias, e não de uma de suas partes de forma isolada ou analítica.

Pouco difundida (e traduzida) no Brasil, apesar de ter estado no país, em 2011, como conferencista do *XV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)*, e ter alguns trabalhos específicos que destacam uma das fases *crítico realista* de sua produção teórico-sociológica, tal

¹ No decorrer da escrita deste artigo fomos tomados de surpresa sobre o falecimento da socióloga britânica Margaret Scotford Archer, ocorrido em 21 de maio de 2023, aos 80 anos de idade. Aproveitamos, em tempo, para fazer essa nota de pesar a uma das maiores teóricas dessa contemporaneidade. Estamos certos de que a melhor forma de homenageá-la é a de escrever, divulgar e debater a sua relevante e original sociologia teórica ainda, sim, pouco conhecida no Brasil.

como a *questão da reflexividade* e, em maior medida, das *conversações internas*², o presente artigo tem o intuito de apresentar mais detalhada e, em pontos específicos, de forma crítica – com a ajuda da literatura secundária, a qual, muitas vezes, apontou algumas limitações –, a *abordagem morfogenética* da socióloga britânica Margaret Scotford Archer acerca de como ocorre a relação entre agência, estrutura e cultura ao longo do tempo. À vista disso, estabelecemos um conjunto de objetivos específicos, quais sejam: ressaltar as diferentes fases do pensamento da autora, em particular, a chamada fase *dualismo realista*; explorar detalhadamente a operacionalização da sua *abordagem morfogenética*. Por fim, apresentar as principais críticas à sua operacionalização, colaborando para dirimir uma lacuna existente no que diz respeito à assimilação do seu pensamento no contexto brasileiro. Para Archer (2007), a relação entre indivíduo e sociedade, longe de ser uma questão ultrapassada, é ontologicamente fundamental para o desenvolvimento da Sociologia, uma vez que se trata – consoante com Ralf Dahrendorf (1968) – do “fato vexatório da sociedade”: ao mesmo tempo em que a sociedade é moldada por nós, ela também está nos moldando durante o seu processo de transformação ou reprodução.

Para realizar esse intento, Archer buscou amparar-se, num primeiro momento (1978-1988), na síntese realizada por David Lockwood entre o *funcionalismo sistêmico* e a *sociologia dos conflitos*, desembocando no que foi chamado de *dualismo analítico*, e na *teoria morfogenética* do ciberneticista Walter Buckley. Mas, num segundo momento (1995-2000), o qual será o objeto específico do presente artigo, isto é, o período chamado de *dualismo realista*, a autora se serviu e refinou a sua proposta, em grande medida, tomando por base de fundamentação ontológica e mesmo epistemológica o *Realismo Crítico* proposto por Roy Bhaskar. O seu terceiro momento *agencial e reflexivo* (2000-2012), por questões de espaço, será deixado de fora do nosso intento³. Assim, a autora desenvolveu uma perspectiva realista que dialogou criticamente com as teorias de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens – principalmente com o segundo autor –, defendendo, ao contrário deles, que agência, estrutura e cultura não podem ser reduzidas uma à outra porque além de operarem em temporalidades distintas, são compostas por elementos ontologicamente diferentes.

Assim sendo, o artigo seguirá a seguinte estrutura argumentativa, refletindo seus objetivos específicos: (1) inicia apresentado sucintamente a trajetória intelectual de Margaret Archer e os principais aspectos da sua *abordagem morfogenética*. Depois, (2) expõe as bases ontológicas e epistemológicas na qual a autora se serviu, a saber, a síntese realizada por David Lockwood entre o *funcionalismo sistêmico* e a *sociologia dos conflitos*, a *teoria morfogenética* do ciberneticista Walter Buckley e o *Realismo Crítico* de Roy Bhaskar. (3) Detalha, então, a aplicação da *abordagem*

² Para além de trabalhos específicos sobre a abordagem morfogenética, tal como a Tese de Doutorado de Pimentel (2012), devem ser destacados os trabalhos de Vandenberghe (2010), Hamlim (2014) e Campos (2017). Do outro lado do Atlântico, especificamente em Portugal, existem os trabalhos de Caetano (2011, 2013) e Oliveira (2011).

³ As “fases” da produção teórico-sociológica de Archer, apesar dos dissensos que comporta, podem ser encontradas de forma profundamente sistematizadas no trabalho de Henríquez (2013).

morfogenética. Por fim, (4) expõe as principais críticas à sua operacionalização, com base em *argumentos ontológicos, epistemológicos e espaço-temporais* da literatura secundária.

A grande questão com a proposta do presente artigo é tornar ainda mais visível, e “sistemizado”, o pensamento de uma autora fundamental para o conhecimento da realidade social hodierna, diretamente debitária das transmutações na maioria dos processos sociais vislumbrados pelo Ocidente, notórios desde a década de 1970: uma realidade social altamente acelerada, muito em função dos avanços e da retroalimentação entre a ciência, a tecnologia e as mudanças no tempo social. Afinal, como declarou Frédéric Vandenberghe e Jean-François Véran (2016:19), sendo o primeiro um dos principais – se não o principal – interlocutores da *ontologia estratificada* aplicada ao pensamento sociológico no nosso país, cujo esforço em publicizar essa perspectiva é notório, “até hoje, nenhum dos livros de Bhaskar ou de Margaret Archer foram traduzidos para o português. No Brasil, a recepção e assimilação do *Realismo Crítico* tem ocorrido fragmentária, isolada e assistematicamente”. Buscamos, então, dirimir tal lacuna com o presente artigo.

A trajetória intelectual e os principais aspectos da abordagem morfogenética de Margaret Archer

Margaret Scotford Archer nasceu na Inglaterra, na cidade de *Grenoside*, no ano de 1943⁴. Em 1964, graduou-se em Sociologia pela *London School of Economics and Political Science* e, três anos mais tarde, doutorou-se pela mesma universidade, sob a orientação do antropólogo Ernest Gellner. Em 1971, Archer fez um pós-doutorado na *Sorbonne*, passando alguns meses trabalhando com Pierre Bourdieu em seu grupo de pesquisa. Naquele momento, Margaret Archer (1971) – em parceria com a socióloga Michalina Vaughan – publicou um trabalho comparativo entre a estrutura do sistema educacional francês e britânico. O trabalho, sob o título de *Social Conflict and Educational Change in England and France 1789-1848* (1971), foi fundamental para a sua compreensão dos sistemas educacionais nacionais da Inglaterra e seus efeitos na interação e na mudança social. Após retornar à Inglaterra, Archer lecionou nas *Universidades de Cambridge, Londres e Reading (Senior Lecturer)* antes de se mudar, em 1973, para *Warwick*, onde se tornou professora de Sociologia na *Universidade de Warwick* (começando como *Reader* até se tornar *Professor*), em 1979, até se aposentar, em 2010. Especificamente de 2014 até 2019, ocupou a presidência da Pontifícia Academia de Ciências Sociais do Vaticano, também atuando como conselheira do Papa – vindo a falecer em maio de 2023.

⁴ As informações biográficas sobre a autora e os dados complementares também podem ser encontrados em Hamlin (2017).

Em 1979, quando Margaret Archer escreveu a obra *Social origins of Educational Systems*, observa-se o início da consolidação do seu percurso intelectual ao problematizar, pela primeira vez, a relação entre a agência e estrutura. Ao indagar-se sobre como os sistemas educacionais exercem influências nas pessoas e vice-versa, a autora colocou pela primeira vez em prática, quase como uma forma de “adiantamento”, um complemento metodológico à complexa *ontologia social* delineada pelo *Realismo Crítico* de Roy Bhaskar – apresentado em seguida –, qual seja: a *abordagem morfogenética*. Com esse enfoque, Margaret Archer (1979; 1988; 2009 [1995]) quis demonstrar, por um lado, que o elemento “*morfo*” da sua abordagem reconhece que a sociedade não tem uma forma/organização preestabelecida; por outro lado, o elemento “*genético*” reconhece que somente através da atividade das pessoas (agentes) a sociedade toma alguma nova forma ou se mantém organizada (*ciclos morfogenéticos/morfostáticos*). Nesse momento inicial (1978-1988), também apareceu outro complemento metodológico que ressaltava o jogo mútuo (*interplay*) entre os diferentes estratos da realidade social, ou melhor dizendo, entre as “pessoas” e as outras “partes” da sociedade: o *dualismo analítico* (sob a influência de David Lockwood) – que também será detalhado em seguida.

A sua *abordagem morfogenética*, grosso modo, tem como característica central a ideia de que a agência, as estruturas sociais e os sistemas culturais possuem *propriedades emergentes*⁵, isto é, apesar de estarem em relação, não podem ser reduzidas uma à outra porque são compostas por elementos heterogêneos – detalhadas na terceira parte – e são temporalmente distintas. A dimensão temporal, como se verá adiante, é fundamental na sua abordagem porque destaca que as estruturas sociais e os sistemas culturais são os resultados das interações sociais passadas. São essas estruturas sociais que criam as condições para que os atores, no presente, possam agir e dentro de quais contextos a elaboração/reprodução social de tal agir ocorre. Isto explica, na sua perspectiva, que a realidade social é estratificada, sendo o produto das relações entre agência, estrutura e cultura. Levando a *dimensão ontológica* às últimas consequências, Margaret Archer visualizou como único objetivo da sua abordagem “precisamente especificar o ‘quem é quem’ e o ‘quem faz o quê’ na transformação social” (Archer, 2011:163⁶).

Durante a sua trajetória intelectual, Archer divergiu de alguns autores⁷ que também problematizavam, em específico, a relação da agência com a estrutura, sobretudo Anthony Giddens.

⁵ Como propriedades emergentes, os objetos/fenômenos sociais não são redutíveis aos elementos internamente combinados e em interação. Isso exige atenção aos mecanismos relacionais, pois, o que importa não são “as partes” de forma isolada, mas, sim, o que resulta da interação delas.

⁶ Todas as traduções foram feitas livremente para este artigo.

⁷ Margaret Archer também criticou a abordagem de Pierre Bourdieu, mas muito menos do que a proposta delineada por Giddens. Aliás, é bom afirmarmos, desde já, que algumas críticas endereçadas a Giddens fazem sentido, outra nem tanto, por vezes se mostrando exageradas (Peters, 2019). Isso também serve para Bourdieu que, do ponto de vista temporal, da proposição supostamente elisiva, como defendeu a autora, caracterizou um “tempo” bem distinto do proposto por Giddens. O tempo (social) que comporta a relação entre *habitus e campo* no pensamento de Bourdieu é, de

Apesar desse último autor formular, como bem observou Ira Cohen (1999: 398), “[...] uma teoria ontológica da constituição da vida social⁸”, ele não escapou do exame crítico de Archer. Sua crítica sobre a *teoria da estruturação* de Anthony Giddens iniciou difusa, começou com a publicação de alguns artigos nos anos 1980 (1982), passou por um modelo analítico da mudança cultural (1988), até chegar na profunda sistematização (relação entre agência e estrutura) da sua *abordagem morfogenética* através da obra *Teoría social realista: El enfoque morfogenético* (2009 [1995]).

Todo este percurso intelectual possibilitou que Margaret Archer ressaltasse as limitações da abordagem “estruturacionista” de Anthony Giddens, na qual o autor concebe a agência e a estrutura numa relação interacional quase que *imediate* [*in actu*], o que acaba dissolvendo as diferenças (ontológicas) entre elas. Ademais, por meio do conceito de *práticas sociais*, entendido como aquilo que *atualiza* a “estrutura” – tomando como sustento as *regras* e os *recursos* –, Anthony Giddens, segundo Margaret Archer (2009: 108), nega a ideia de *emergência*⁹ (no sentido da estrutura ser tão somente regras e recursos acionados pelos agentes sociais *in actu*, ao invés de algo com uma existência própria, capaz de “retroagir” sobre os agentes sociais), além de que a agência, as estruturas sociais e os sistemas culturais “ocupam e operam em diferentes faixas da dimensão temporal”. Igualmente, a abordagem de Anthony Giddens, segundo Archer, não consegue explicar adequadamente como ocorre, em determinado momento, a transformação ou a reprodução social. Em suma, o desenrolar da proposição giddensiana, atenta somente na descrição das práticas sociais realizadas em concreto, denota de forma inequívoca que “é o passado no presente e o futuro no presente que importam para ele” (Archer, 1982:241). É necessário, como assinala Archer na sua leitura crítica em relação à teórica giddensiana, um *relato causal mais completo*, onde o *quadro temporal* possa ser demonstrado de modo mais detalhado, amplo.

Ao contrário da relação interacional entre agência e estrutura formulada por Giddens, Archer vai defender que é essencial conceber a agência, as estruturas sociais e o sistema cultural como *dimensões ontologicamente irreduzíveis uma à outra*, uma vez que cada uma delas tem propriedades emergentes distintas (relacionais). Falar de dimensões irreduzíveis significa ressaltar a diferença e a separabilidade de ambos os estratos (agência, estrutura e sistema cultural), “precisamente porque existem propriedades e poderes [causais] que pertencem apenas a cada um deles e cujo surgimento mútuo é precisamente a justificativa de sua diferenciação como estratos” (Archer, 2009:43).

fato, mais lento, mais detalhado, cuja direção, em momentos específicos, pode ser descontinuada, desencaixada (*efeito hysteresis*). Para uma discussão mais pormenorizada do *tempo social* no pensamento de Bourdieu, incluindo a ideia de “*aceleração social*”, ver Strand e Lizardo (2017), Hardy (2018) e Guedes (2023).

⁸ O que não somente criou, na nossa perspectiva, uma cisão improdutiva entre o que é supostamente distinguido como “Teoria Social” e “Teoria Sociológica”, mas, acima de tudo, dificultou – sob a forma de uma fragilidade teórica – o trânsito, bem como a operacionalidade, entre a dimensão ontológica com a dimensão epistemológica, como bem salientou Selgas (1994) e Silva (2014).

⁹ “Propriedades emergentes particulares que pertencem a uma sociedade específica em um momento determinado” (Archer, 2009:38).

As bases ontológicas e epistemológicas da abordagem morfogenética: as teorias de Roy Bhaskar, David Lockwood e Walter Buckley

Apesar de Archer servir-se tardiamente do *Realismo Crítico* de Roy Bhaskar – deveras importante para o nosso intento –, isto é, ao “segundo momento” (1995-2000) da sua produção teórico-sociológica, sentimos a necessidade de começar por ele, tendo em vista o seu alto grau de abstração (e refinamento) em relação ao seu “primeiro momento” (1978-1988). Começemos, portanto, explicando-o, caso contrário, não compreenderíamos de forma substancial no pensamento da autora algo defendido de forma tão peremptória por Bhaskar, o que nitidamente distingue e fundamenta a crítica à abordagem de Giddens: “argumentarei que as pessoas e a sociedade não estão dialeticamente relacionadas. Elas não constituem dois momentos do mesmo processo. Em vez disso, eles se referem a tipos de coisas radicalmente diferentes (Bhaskar, 1998:214).

O *Realismo Crítico* de Roy Bhaskar (2008) aceita a premissa básica do *Realismo Epistemológico Clássico*¹⁰, qual seja: existe uma “realidade” (*a priori*) exterior independentemente das nossas vontades, concepções ou experiências. Entretanto, para Bhaskar, existem duas dimensões diferentes do conhecimento dessa “realidade”, desse mundo material, desse “lá fora” que o *Realismo Clássico* e suas variantes não consideram. A primeira dimensão ele vai chamar de *intransitiva*, e de certo modo, vai se aproximar muito da perspectiva *realista clássica* quando diz que existe um mundo lá fora que independe de nós. Para Bhaskar (2008: 12), *objetos intransitivos* são “[...] em geral invariantes do nosso conhecimento em relação a eles: são as coisas e estruturas reais, mecanismos e processos, eventos e possibilidades do mundo; e, na maioria das vezes, eles são bem independentes de nós [...]”.

Todavia, o entendimento da afirmação anterior, considerando-se uma primeira aproximação para com o *Realismo Crítico* de Bhaskar, só se tornará completa com o entendimento do outro “lado” (como diz Bhaskar), isto é, da *dimensão transitiva* desse conhecimento da “realidade” que ele chamou de *objetos transitivos*. A filósofa Soledad Lepeyán (2005:05), por exemplo, apresenta a noção e mesmo o entendimento dos *objetos transitivos* de forma bastante clara, quando argumenta que nessa dimensão “[...] o conhecimento é visto como um produto social, resultante da atividade humana e passível de alterações tanto quanto qualquer outro artefato: é a matéria-prima da ciência, os fatos, teorias, paradigmas, modelos, métodos [...]”.

O *Realismo Crítico*, assim, distingue-se do *Realismo Clássico*, dentre outros fatores, porque ao propor uma *ontologia* – ontologia como teoria do que existe – *realista*, além de distinguir o “real” em dimensões de *intransitividade* e de *transitividade*, estabelece a necessidade de diferenciar

¹⁰ Uma discussão mais pormenorizada pode ser encontrada em Keat e Urry (1975).

certos *estratos*, relações entre *o real, o atual e o empírico*. Para Bhaskar (2008), a “realidade” não deve ser vista como uma unidade monística, posto que apresenta *estratificações*; por isto, não essencialista, ou seja, passível da *emergência* de diferentes dimensões. Nesse sentido, ainda conforme Bhaskar (2008), a realidade é *profunda e (des)horizontalizada* – ontologia realista e estratificada – ao se considerar aquilo que se *atualiza socialmente e se torna objeto (em ato) do conhecimento científico*. Em outros termos, a relação entre *indivíduo e sociedade (em ato)* se dá justamente porque:

As pessoas não podem *se comunicar* a não ser pelo *uso de mídias existentes*, produzir a não ser pela *aplicação de si mesmas* a materiais já formados ou *agir* a não ser por estarem em um ou outro contexto. *Falar requer linguagem, materiais de produção, condições de ação, recursos de agência, regras de atividade* (Bhaskar 1998:214, grifos nossos).

Nesse prisma, conforme a citação anterior de Bhaskar (1998), o *real* é a totalidade do que existe e funciona independentemente de qualquer concepção que se tenha dele – incluindo os mecanismos generativos e suas estruturas subjacentes, portanto, impossível de ser conhecido por completo. No entanto, para conhecermos “parte” desse *real* é necessário atualizá-lo, isto é, colocá-lo em *ato*. Em relação a essa dimensão do *atual*, novamente Lepeyián (2005: 05) argumenta que “[...] o atual é o que se manifesta do real no sistema fechado e que, dadas certas condições, é acessível à nossa experiência”. Por fim, o domínio da *experiência* faz referência ao que parcialmente observamos da realidade, visto que nossa observação não garante que aquilo que foi observado exista da maneira que a observamos. Por isso, é mais fácil *inferirmos os efeitos dos mecanismos não observáveis para aceitarmos sua existência*¹¹.

Bhaskar reivindica uma *ontologia (realista)* com primazia sobre a *epistemologia*, defendendo a tese de que a realidade não pode ser reduzida a qualquer teoria do conhecimento – *epistemic fallacy* (Bhaskar, 2008:05) –, embora a tarefa da ciência seja a investigação de tais mecanismos e de como eles funcionam. Por esse motivo, Roy Bhaskar reconhece que a prática científica deve pressupor uma *visão do mundo* (ontologia) e não uma *visão científica do mundo* (epistemologia), invertendo a questão kantiana de “como o conhecimento empírico é possível?” pela questão “como deve ser o mundo para que a ciência seja possível?” (Bhaskar, 2008:13). Em síntese, o que Roy Bhaskar está querendo introduzir é a ideia de que a realidade (ou a realidade social) não pode ser reduzida à nossa experiência acerca dela, sendo um erro falar de “mundo empírico”, indiscutivelmente conhecida de forma neutra, direta e “totalmente objetiva” (Sayer, 1992; Peters, 2019).

¹¹ De acordo com Roy Bhaskar (1998), isto se justifica pelo fato de que é possível apreender a realidade por meio de duas maneiras, quais sejam: perceptiva e causal. Essa última é a mais plausível, pois a estrutura social tem efeitos condicionantes sobre à agência. Porém, a causal não deve ser compreendida como uma mera “causalidade direta”, visto que os fenômenos que se apresentam no real, conforme Bhaskar, são impossíveis de serem experienciados diretamente e mesmo integralmente pela observação. É justamente aí que entra a “inferência”, isto é, a evidência, a tendência, entre as relações de causa e efeito que podemos perceber (ou não), conforme à ação dos mecanismos e estruturas subjacentes.

A irredutibilidade da realidade (social) por qualquer teoria do conhecimento é aprofundada em *The possibility of naturalism* (2005), momento em que Roy Bhaskar demonstra que o *Naturalismo Científico*¹² tem limitações quando transposto para as Ciências Sociais, uma vez que a realidade (social) se define enquanto “sistema aberto” – um mecanismo generativo, sua estrutura e sua relação com outros mecanismos podem gerar efeitos distintos em diferentes momentos –, por oposição aos “sistemas fechados” – produzidos artificialmente pelas Ciências Naturais e onde regularidades são prováveis de serem apreendidas sob condições especiais. Em resumo, a *predição* não é possível nas Ciências Sociais.

A segunda influência da *abordagem morfogenética* de Margaret Archer foi retirada da discussão realizada por David Lockwood (1976) sobre a relação entre a *integração social* e a *integração sistêmica*, vista como problemática na *teoria estrutural-funcionalista* de Talcott Parsons e na *teoria do conflito* – principalmente em John Rex, Lewis Coser e Ralf Dahrendorf. Lockwood defendeu que o *estrutural-funcionalismo* e a *teoria do conflito* não deveriam ser vistos como antitéticas, pois ambas tinham a capacidade de complementarem uma à outra. “Norma-consenso-ordem” (*estrutural-funcionalismo*) e “poder-alienação-conflito” (*teoria do conflito*) fazem parte do mesmo complexo social, estando, como apontaram Hans Joas e Knöbl (2017:308), “[...] entrelaçados de forma bastante específica; no entanto, isso varia muito de uma sociedade para outra”. Nesse sentido, Lockwood vai argumentar que, ao contrário de ambas as abordagens analisadas, “[...] dada a estrutura do poder, a natureza do sistema de valores é de notável importância para a gênese, intensidade e direção do conflito em potencial” (Lockwood, 1976:374).

Ao demonstrar as fraquezas destas abordagens – o excesso de normatividade por parte do *estrutural-funcionalismo* parsoniano; o excesso de interesse pelo conflito e não na integração por parte dos teóricos do conflito – David Lockwood expôs que qualquer teoria sobre a mudança social deve superar o dualismo “agência vs estrutura”, justamente porque a *integração social* ([*dimensão micro*] pessoas ou grupos) e a *integração sistêmica* ([*dimensão macro*] estruturas ou instituições) pode ocorrer sem que uma contradição sistêmica leve automaticamente a um conflito entre os atores que ocupam determinadas posições sociais, sobretudo no que tange às relações “*face-to-face*” *cooperativas e/ou conflituosas* (Mouzelis, 1997). À vista disso, Lockwood demonstrou que era possível explicar a estabilidade e a mudança social – com base na *variante temporal* – sem priorizar, como faziam as teorias analisadas por ele, somente um dos lados da moeda.

A problemática de David Lockwood foi fundamental para Margaret Archer (1996) demonstrar *como, quando e por que* o contexto sistêmico condiciona as interações sociais que são capazes de *preservar (ordem/morfostase)* ou *modificar os estados do sistema (conflito/morfogênese)*. Igualmente, a problemática de David Lockwood permitiu verificar o “jogo

¹² Para uma visão panorâmica sobre o *Naturalismo Científico* (ou *epistemológico*), ver Abrantes (1994).

mútuo” (*interplay*) entre as “pessoas” e as “partes” ou, respectivamente, entre a “agência e estrutura” e “sistema cultural e agência”.

Por último, a terceira influência da *abordagem morfogenética* de Margaret Archer expõe a sua ideia central. O conceito de *morfogênese*, na concepção de Walter Buckley (1971), está intimamente relacionado aos *sistemas abertos* (sociais), dado que “a resposta típica dos sistemas abertos a intromissões ambientais é a elaboração ou a mudança da sua estrutura para um nível alto ou mais complexo” (Buckley, 1971:81). Quando tais sistemas interagem com o *meio* – considerado por Walter Buckley como fator essencial da sua sobrevivência –, eles podem, por um lado, exercer a *morfostase*, manifestando os processos que “[...] tendem a preservar ou manter a forma, a organização ou o estado de um sistema” (Buckley, 1971:92). Mas, por outro lado, os *sistemas abertos* também podem exercer a *morfogênese*, manifestando os “[...] processos que tendem a elaborar ou mudar a forma, a estrutura ou o estado de um sistema [...]” (Buckley, 1971:93). Não obstante, Archer “aprimorou” a ideia exposta por Buckley dando um maior sustento ontológico, em razão de o autor elaborar as *propriedades emergentes* das estruturas sociais como meros recursos heurísticos.

As três perspectivas teóricas supracitadas foram fundamentais para Margaret Archer construir a sua *abordagem morfogenética* e situá-la no debate sobre a relação entre a agência e estrutura. Com o objetivo de contribuir para o avanço da teoria social, a autora analisou – como dito anteriormente – criticamente a *teoria da estruturação* de Anthony Giddens, considerada incapaz de analisar o jogo mútuo (*interplay*) entre a agência e a estrutura, insistindo na sua inseparabilidade. Para Archer (2009), essa crença na inseparabilidade da agência em relação à estrutura por parte de Anthony Giddens, longe de responder ao problema fundamental sobre tal relação, dissolve ambas uma na outra e dificulta a investigação e, no limite, o avanço do entendimento (teórico) da realidade social. Posto isso, Douglas Porpora (2013) – realista crítico e colaborador investigativo de Margaret Archer – resume bem a fragilidade da teoria giddensiana ao afirmar que “o que deveria ser relacional é reduzido a coisas monádicas” (Porpora, 2013:32). Vejamos, agora, como funciona a abordagem proposta por Archer.

A relação entre agência, estrutura e cultura sob o prisma da abordagem morfogenética

Margaret Archer considera, assim como Anthony Giddens, dentre outros teóricos do então chamado “novo movimento teórico” (Alexander, 1987), que o problema da relação entre agência e estrutura é de suma importância para a teoria social. Não somente para a teoria social, de um modo específico, mas para a Sociologia como ciência, de um modo geral, a relevância da relação entre agência e estrutura, diz Archer (2009:27), sempre manterá sua centralidade “porque é derivada do

que a sociedade é intrinsecamente”. Por um lado, cotidianamente percebemos essa relação por meio das restrições ou permissões que a sociedade nos disponibiliza, sendo as leis, as condições econômicas e educacionais um bom exemplo; por outro lado, não somente a sociedade dá “guias direcionais” por meio dessas restrições ou permissões, mas nós mesmos temos certos graus de liberdade, justamente porque somos responsáveis por nossas escolhas.

A dimensão ontológica que subjaz tal relação entre agência e estrutura também é considerada por Archer e Giddens de suma importância para a teoria social, de um modo específico, e para a Sociologia como ciência, de um modo geral. Contudo, é nessa dimensão ontológica que os caminhos dos autores se separam teoricamente. Dois motivos fundamentais foram levantados por Archer (1982, 1988, 2009) ao longo do desenvolvimento da sua abordagem, a saber: (1) toda teoria que problematize a relação da agência e estrutura deve incorporar a dimensão cultural, pois a relação lógica entre as ideias (cultura) é tão fundamental quanto as condições materiais de existência (estrutura) para guiar nossas ações (agência); (2) os componentes da realidade social, isto é, os agentes, as estruturas sociais e a cultura não podem ser reduzidas umas às outras, uma vez que possuem propriedades emergentes e operam em faixas temporais distintas, não obstante estarem em relação. Sendo assim, é mister apresentarmos, sinteticamente, a perspectiva na qual Anthony Giddens articula as dimensões da agência com a estrutura e, posteriormente, a perspectiva crítica de Margaret Archer, para que melhor se compreenda a sua proposta teórica.

É sabido que na Inglaterra, sobretudo nos anos de 1980, Anthony Giddens foi considerado um dos maiores teóricos sociais contemporâneos. Naquele momento, o autor propôs a *teoria da estruturação* (2009 [1984]), defendendo o que ele chamou de *dualidade da estrutura*, ao articular ação e estrutura numa única unidade de sentido, apontando, inclusive, para o fato de que a separação entre ação e estrutura era um falso problema. A *dualidade da estrutura* significa que tanto o “sujeito atuante” como o “objeto social” são constituídos por ações sociais ou práticas recursivas – que se repetem o tempo todo. Em outras palavras, a *dualidade da estrutura* significa a “Estrutura como meio e resultado da conduta que ela recursivamente organiza; as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação em sua produção e reprodução, mas estão cronicamente envolvidas” (Giddens, 2009:303).

A *dualidade da estrutura*, assim, constitui-se no fato de que os *elementos estruturais* (ator e interação; regras e recursos) dos sistemas sociais, bem como as ações dos sujeitos, já não se encontram exteriormente, ressaltando o fato de que a estrutura está concomitantemente inscrita na própria rotinização da ação (Giddens, 2009). Isso implica no fato de que as estruturas não existem em absoluto como um fenômeno autônomo da natureza espacial ou temporal, mas *sempre e somente* na forma de ações ou práticas de indivíduos humanos, quando tais ações e práticas estão sendo realizadas em concreto. Portanto, os conceitos de estrutura e de ação devem ser vistos

somente *como momentos analíticos* diferentes da realidade dos sistemas de ação social estruturada. Considerando o que foi dito, então, Giddens vai além ao afirmar que o processo rotineiro que se estabelece na *dualidade da estrutura*, numa dimensão espaço-temporal, produz aquilo que ele chama de “estruturação” dos diferentes sistemas sociais (Giddens, 2009).

Margaret Archer ressaltou algumas *limitações teórico-ontológicas* da *teoria da estruturação* que, em sua opinião, longe de ter resolvido o problema fundamental da teoria sociológica, isto é, o problema da relação entre agência e estrutura, gerou uma nova forma de reducionismo, o que a autora chama de “conflação central”. Se antes, por exemplo, os individualistas metodológicos reduziam à explicação das estruturas sociais pelas ações individuais (*upward conflation* ou também voluntarismo) e os holistas metodológicos reduziam à explicação das ações individuais por fatores estruturais (*downward conflation* ou também determinismo), Giddens, por sua vez, acaba por reduzir uma na outra: agência e estrutura, como dito anteriormente, estão mutuamente constituídas e, portanto, *indiferenciadas*.

Para Archer (1988:XV; 2009:125-191), Giddens cometeu uma “falácia epistêmica” – no mesmo sentido atribuído por Roy Bhaskar ao termo – porque ao negar o caráter estratificado da realidade social e as propriedades emergentes dos estratos, acaba elidindo-as numa teoria social que torna impossível o exame do jogo mútuo (ao longo do tempo) entre agência, estrutura e cultura. O resultado de tal elisão impede uma visão mais precisa de *quando* a realidade social é transformada ou reproduzida. A análise de Giddens, portanto, não abre espaço para uma investigação mais detalhada da dimensão temporal nem quando ocorrem mudanças no grau de determinismo e voluntarismo, ou seja, *quando* os agentes têm participação na reprodução/transformação da sociedade, *como* se desenvolvem suas ações e em *quais* contextos é permitido.

Segundo Archer (2009), a sociedade possui três características fundamentais, quais sejam:

Primeiro, que [a sociedade] é inseparável de seus componentes humanos, porque a própria existência da sociedade depende, de alguma maneira, de nossas atividades. Segundo, que a sociedade é fundamentalmente transformável e não possui uma forma imutável ou estado preferido. É como ela mesma, e o que é exatamente a qualquer momento depende das ações humanas e de suas consequências. Terceiro, no entanto, não somos agentes sociais imutáveis, porque o que somos e fazemos como agentes sociais também é afetado pela sociedade em que vivemos e por nossos próprios esforços para transformá-lo (Archer, 2009:07).

O primeiro ponto, em parte, é assunto de concordância entre as duas teorias. Archer concorda com Giddens que a atividade humana é de suma importância para a existência da sociedade. Mas, nesse caso, Archer (1982, 1988, 2009) ressaltava algumas ambiguidades na descrição feita por Giddens em relação ao agente social em sua teoria. Por um lado, ele parece se sobrepor às estruturas sociais, porque *é partir dele e somente dele* que as propriedades estruturais são produzidas e reproduzidas. Por outro lado, o agente social descrito por Giddens precisa recorrer às

propriedades estruturais – regras e recursos – para *desenrolar suas práticas sociais*. Archer considera que isso deve ser mais bem pontuado. Para a autora, existem vários problemas nessa “dualidade da estrutura” porque Giddens não especifica quando haverá mais *voluntarismo* ou mais *determinismo*, ou melhor, “não fornece um controle analítico sobre o que provavelmente prevalecerá sob que condições ou circunstâncias” (Archer, 1982:459). Ao descrever a sociedade como um fluxo contínuo de práticas sociais e não uma série de atos, Giddens impede o exame de quando o agente social possui graus de liberdade para modificar a estrutura social e quando ele é impelido com restrições. O máximo que o autor faz, segundo Archer, é descrever que os maiores graus de liberdade nada mais são que a “interrupção da rotina corrói o comportamento habitual dos atores e aumenta a suscetibilidade a alternativas” (Archer, 1982:464).

Ainda, as estruturas sociais descritas por Giddens não existem como fenômenos autônomos, mas somente na forma das práticas de indivíduos humanos realizadas em concreto. Para Archer (1982, 2009) isso é um equívoco, justamente porque Giddens nega a ideia de *emergência*. Falar em emergência ou propriedades emergentes é ressaltar a dimensão temporal, isto é, que propriedades emergentes nada mais são do que produtos relacionais e históricos (Domingues, 2004). Reconhecer a existência de propriedades emergentes proporciona caracterizar melhor como se reproduzem/transformam as estruturas sociais e a cultura, ao invés de um fluxo contínuo que ofusca metodologicamente a investigação.

Segundo Archer (2009), normalmente as estruturas sociais são prévias em relação aos agentes atuais. Por exemplo, a pessoa que faz um concurso para professor não vai criar a vaga para professor, justamente porque a vaga já existe/existia. Mesmo que a agência seja de suma importância para a reprodução/transformação das estruturas sociais ou da cultura, de forma alguma a agência *cria* ambas. A agência, segundo Archer (2009:237), “não cria a estrutura, somente a reproduz ou transforma em cada geração”. O ponto aqui é que, ao contrário do que pensa Giddens, *leva tempo para mudar alguma coisa e é uma restrição que não pode ser desconsiderada*.

Outra questão sobre o primeiro ponto diz respeito à descrição entre agência e estrutura por parte de Giddens. Aqui, Archer (1982, 1988, 2009) também discorda do autor. Mesmo que ambas estejam em relação e sejam essenciais para o desenvolvimento uma da outra, as estruturas sociais, diz Archer (2009:191), não podem ser “[...] adequadamente conceituadas apenas como parte integrante das práticas sociais, uma vez que seus poderes relativamente autônomos, a irredutibilidade de sua influência e sua pré-existência [...]” fazem com que ambas sejam coisas totalmente diferentes.

Os agentes sociais possuem propriedades emergentes (deliberação, reflexividade e dedicação) que são distintas e não redutíveis às propriedades emergentes da estrutura (distribuições de papéis, condições materiais, posições e instituições) e da cultura (proposições, teorias e visões de

mundo). Ao longo de contextos históricos concretos, novas características surgem ou se transformam, fazendo com que tais propriedades difiram qualitativamente dos elementos de onde vieram, não podendo retornar às suas formas originárias. Mesmo que estejam em relação, nem sempre há uma sincronia entre agência, estrutura e cultura. Por isso que Archer (2000a:73) defende que o tempo da estrutura e cultura difere do tempo da agência: “o processo de ser humano é contínuo porque, ao longo da vida, nós continuamos a desempenhar nosso trabalho reflexivo”. Além disso, dizer que elas são coisas totalmente diferentes impede que qualquer *reificação* seja adotada na descrição da realidade social.

Archer (1982, 1988, 2009) defende que a sociedade não tem uma forma imutável nem preestabelecida. Por ser um *sistema aberto*, a sociedade não está totalmente assentada na ordem¹³ e com isso explica-se, diferentemente de Giddens, que a ação não está totalmente orientada pela rotina, normas ou sua internalização. Os agentes sociais, dado a criatividade da natureza humana, podem inventar “novas regras para novos jogos” (Archer, 2009:379). Igualmente, a sociedade, diferentemente do que defende Giddens (2009), não está em constante mudança por meio das práticas sociais nem as estruturas sociais se alteraram por meio dessas mesmas práticas realizadas em concreto. Mesmo que o agente seja um profundo conhecedor das regras e recursos inerentes à estrutura social, isso não significa ser um fator determinante para a mudança: pode ser que a mudança ocorra ou não, tudo depende do contexto interacional.

Seguindo as análises de David Lockwood (1971), na qual a mudança/reprodução social depende muito da sincronia entre *agentes e partes* (estrutura e cultura), não acontecendo de forma automática, Archer (2009) vai demonstrar que teorizar sobre a mudança social requer a incorporação adequada do tempo. O tempo é de suma importância para o exame que Margaret Archer – considerado pela autora como seu argumento central no livro *Teoría social realista: el enfoque morfogenético* (2009) – realiza sobre a interação entre a agência, estrutura e cultura, porque “[...] estrutura e agência só podem ser interligadas examinando seu jogo mútuo ao longo do tempo e que, sem a incorporação correta do tempo, o problema da estrutura e agência nunca poderá ser satisfatoriamente resolvido” (Archer, 2009:108).

A variável tempo é o que separa, em termos ontológicos, a abordagem de Margaret Archer da abordagem defendida por Anthony Giddens, visto que a reprodução/transformação da estrutura e cultura se dá em diferentes ciclos (ou hiatos temporais). A transformação é designada pela autora como *morfogênese* e sua reprodução é designada como *morfostase*. Os termos são detalhados da seguinte maneira:

¹³ Com isso Archer (2009:235) não está defendendo que a sociedade é inteiramente contingente. As estruturas sociais e a cultura por serem historicamente e relativamente durável, “exercem efeitos sistemáticos causais na próxima ação”.

Por esse motivo, uso o termo “morfogênese” para descrever o processo de estruturação social; “Morfo” indica forma e “gênese” indica que a adoção de formas é o produto das relações sociais. Assim, “morfogênese” refere-se a “aqueles processos que tendem a elaborar ou alterar uma determinada forma, estado ou estrutura do sistema”. Por sua vez, “morfofostase” refere-se aos processos complexos de troca entre o sistema e seu ambiente que tendem a preservar ou manter a forma, organização ou estado do sistema (Archer, 2009:234).

A centralidade do tempo nos ciclos *morfogenéticos* ou *morfofostáticos* é expresso pela ideia de que: (i) a estrutura necessariamente *antecede* as ações que a transforma/reproduz e; (ii) a transformação/reprodução necessariamente vem *depois* de tais ações. Tal percurso pode ser graficamente vislumbrado da seguinte maneira:

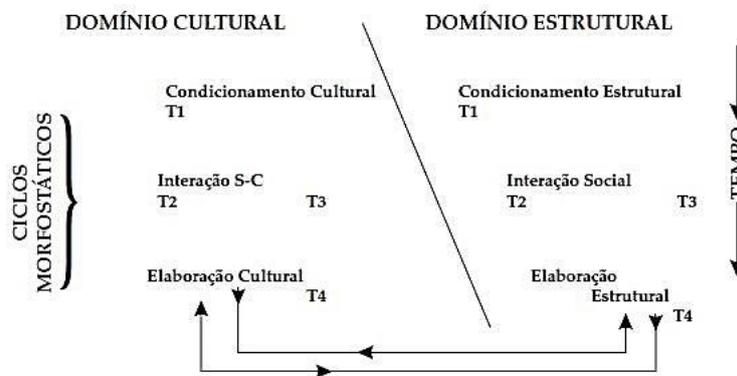


Figura 1¹⁴: (Ciclo morfogenético).

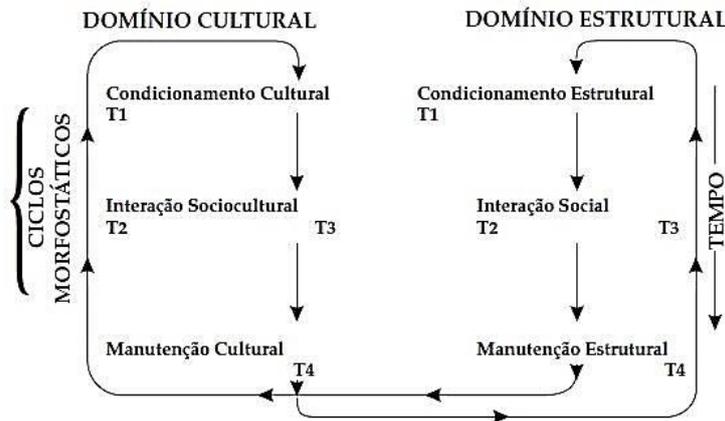


Figura 2: (Ciclo morfofostático).

No *tempo 1* (T1), a cultura e a estrutura condicionam o contexto para as práticas sociais, sendo a consequência agregada de interações passadas; no *tempo 2* e no *tempo 3* (T2-T3) se inicia a interação entre os agentes e o contexto que não é de sua autoria, isto é, é de autoria da estrutura e

¹⁴ As figuras foram retiradas do artigo de Margaret Archer, que foi traduzido para o português como “*Habitus, reflexividade e realismo*” (2011).

cultura em relação às práticas passadas. Aqui, o condicionamento por parte da estrutura e cultura é mediada pela reflexividade dos agentes, uma vez que tais condicionamentos para serem aceitos e motivarem a ação depende dos interesses dos agentes e da sua interpretação do que é possível de ser realizado; no *tempo 4* (T4), finalmente, surgem novas propriedades estruturais ou culturais, conforme a interação que se desenvolveu no T2-T3. Após o fim desse ciclo, um novo ciclo é iniciado ao introduzir um novo conjunto de influências condicionais, ou seja, novas possibilidades sociais e de ação. Esse foi o exemplo de um *ciclo morfogenético*, podendo ser diferente – no próximo ciclo – e ir ao encontro de um *ciclo morfostático*, onde não há elaboração, e sim reprodução.

Uma questão importante a ser ressaltada sobre cada *ciclo morfogenético* ou *morfostático*, bem como a relação entre agência, estrutura e cultura, diz respeito ao que Margaret Archer (2009) chamou de “condicionamento” por parte da estrutura e cultura. Tal condicionamento, porém, não deve ser compreendido como “algo forçado” por parte das duas instâncias em relação à agência, pois como disse a própria autora, “[...] a sociedade não força nada, mas os custos de oportunidade diferenciais para o mesmo curso de ação são razões para diferentes caminhos a serem seguidos [...]” (Archer, 2009:287). Condicionamento, então, deve ser compreendido apenas como “guias direcionais” para a ação, já que isso é um assunto de mediação (ou aceitação) por parte dos agentes.

Ao serem condicionados, sobretudo em suas interações (T2-T3), cada agente ou grupo irá se defrontar com certas *lógicas situacionais* durante o curso de suas ações, produzidos pela relação entre as *partes do sistema social*. Essas *lógicas situacionais*, na verdade, formam uma espécie de “cenário probabilístico” para os agentes e seus projetos individuais, podendo desencadear – dependendo de como se dá o jogo mútuo dos agentes com as *partes – morfogênese ou morfostase*. Elas emergem daquilo que a autora chama de “configurações institucionais e culturais”, as quais possuem características *necessárias* ou *contingentes* e *complementares/compatíveis* ou *incompatíveis*. Archer (2009) divide essas *lógicas situacionais* em quatro tipos: (1) *lógica de proteção*; (2) *lógica de compromisso*; (3) *lógica de oportunismo*; (4) *lógica de eliminação*.

A *lógica de proteção* emerge tanto da estrutura (*complementariedades necessárias*) quanto da cultura (*complementariedades concomitantes*) sendo descrita por Archer (2009) como um cenário que incentiva o seu reforço e, conseqüentemente, “os agentes então não enfrentam problemas ideacionais, não são pressionados a realizar atos corajosos de elaboração intelectual, mas operam de acordo com uma lógica situacional que não estimula nada além de detalhes culturais” (Archer, 2009:323). A discussão realizada por Max Weber sobre Hinduísmo (1958), na qual a casta dos Brâmanes (*brāhmaṇa*) reforçou sua hegemonia ao promover uma forte integração institucional e ideacional, consegue ser tomado como exemplo das duas *partes* (estrutura e cultura).

Por sua vez, a *lógica de compromisso* pode ser exemplificada a partir dos estudos sociorreligiosos de Max Weber sobre o Islã. Pelo lado da estrutura (*incompatibilidades necessárias*), o Islã serve como modelo explicativo em razão de sua dominação e burocracia patrimonial que “originalmente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal” (Weber, 2014:152). O direito pessoal é exercido pelo “senhor” que também possui um quadro administrativo puramente pessoal – normalmente esse quadro administrativo é majoritariamente composto por mercenários.

A regra geral¹⁵ era que o “senhor” realizasse um equilíbrio para manter a estabilidade do seu sistema tributário (impostos) a partir de uma posição intermediária entre apropriação e expropriação. O senhor tinha muito cuidado, por um lado, em não desagradar seus súditos ou cobrar impostos abusivos; por outro lado, era monetariamente generoso com seu quadro administrativo para não lhes despertar deslealdade. No cenário descrito, este tipo de lógica é *mosfostática* porque pretende manter o *status quo*. Archer (2009:309) resume muito bem a *lógica situacional* vigente no Islã da seguinte maneira:

A lógica situacional do acordo surge dessa maneira porque as incompatibilidades necessárias implicavam que a promoção de interesses adquiridos deve ser um ato cuidadosamente equilibrado para ponderar os ganhos e perdas, e onde a acumulação de benefícios também é um convite para incorrer em multas.

Já pelo lado da cultura (*contradições constrictivas*), o exemplo da *lógica da proteção* pode ser dado quando, ao invocar uma determinada crença (A), necessariamente se evoca uma determinada crença oposta (B). Tomando como exemplo a discussão realizada por Durkheim em *A evolução pedagógica* (1995), na qual é descrita a contradição entre a prática educacional com a orientação cristã e com a orientação do classicismo pagão, Archer (2009) demonstrou que esse tipo de contradição é necessário, uma vez que ambas as crenças necessitam uma da outra para existirem.

A relação entre essas duas crenças contraditórias desencadeia, pelo lado da cultura, uma *lógica de proteção* com um caráter *corretivo*, pois: “Como o relacionamento entre A e B é uma verdadeira contradição lógica, que não pode, portanto, ser resolvida diretamente, o exercício corretivo que busca reparar a inconsistência implica necessariamente uma redefinição de um ou dos dois elementos” (Archer, 2009:320).

A cada momento que a crença (A) mudar a sua visão de mundo ou acrescentar algo nela, a crença (B), por consequência, deve corrigir algo no seu interior para se manter no jogo. Isso resulta, em geral, num *sincretismo ideacional*, visto que ambas as crenças adotam os elementos da outra

¹⁵ Existiram casos excepcionais no qual o senhor se empobreceu por causa de seus soldados que raramente lhe passavam parte dos impostos coletados e ficavam com tudo, desencadeando uma mudança na estrutura social (morfogênese). Para maiores detalhes, ver Weber (2014).

para fins de correção e se manter viva. Normalmente, a *morfostase* aqui ocorre dado o equilíbrio das *partes*, porquanto ainda exista a possibilidade de mudança na ordem vigente (*morfogênese*).

A *lógica situacional de eliminação* – emergida da estrutura (*incompatibilidades contingentes*) e da cultura (*contradições competitivas*) – pode ser exemplificada mais uma vez pelas análises weberianas, principalmente a respeito da Antiga Palestina e do Antigo Judaísmo. No seu terceiro volume da *Ética econômica das religiões mundiais* (2019), Weber reconstrói a origem, o contexto e a formação do povo judeu mostrando que, embora a religião judaica e islâmica sejam coisas diferentes, o judaísmo antigo surgiu nas planícies da Síria e da Palestina. Antes dessas religiões terem a sua sistematização (Alcorão para o Islã e Torá para os Hebreus), elas viviam como tribos sempre em guerra – normalmente por questões territoriais e ideais. A *lógica situacional de eliminação* pode ser descrita como um “campo de batalha de ideias” (Archer, 2009:329), em nível cultural, porque instaura um *pluralismo* das opções a serem seguidas *ideacionalmente*: quem tiver mais seguidores e conseguir desqualificar a outra, vence!); em nível estrutural, uma tenta enfraquecer as condições materiais da outra.

Por fim, a *lógica situacional de oportunismo* tanto do lado da estrutura (*compatibilidades contingentes*) quanto da cultura (*complementariedade contingentes*) é a mais aberta de todas. Ela é a que dá maior liberdade à agência humana. Dado à sua natureza de “oportunismo puro” (Archer, 2009:312), seus elementos compatíveis e contingentes aumentam a probabilidade da transformação social. Aqui, Archer (2009) se serve das considerações de Karl Marx (1989) sobre o mercantilismo, especificamente a expansão comercial que a última gerou. O ouro e a prata foram fatores determinantes para o aumento dos preços, o comércio nas colônias gerou grandes lucros e o trabalho assalariado deu origem à fábrica. Consequentemente, afloraram, segundo Archer (2009:312), “novos interesses e novos meios materiais para sua realização; em outras palavras, forma-se um novo padrão institucional de incompatibilidades, no qual a indisponibilidade de recursos alternativos é o que ele já havia levado os grupos a acordo mútuo”.

As lógicas situacionais aqui apresentadas expõem os distintos condicionamentos (guias direcionais) que a estrutura e a cultura dão à agência, fazendo com que estas tenham mais probabilidade de realizar a *morfogênese* ou a *morfostase*, dependendo dos projetos individuais dos agentes. Além disso, é somente por meio dessas lógicas situacionais que os agentes, segundo Archer, conseguem acionar seus poderes agenciais. É importante ressaltar que, das quatro lógicas situacionais apresentadas, somente a primeira (*lógica de proteção*) é uma forma fundamentalmente *morfostática*, tendo as outras três diferentes graus de *morfostase* ou *morfogênese*.

Pois bem, mesmo que Archer tenha proposto – quer como crítica, quer como avanço no debate teórico-sociológico – um novo entendimento acerca do “fato vexatório da sociedade”, existe na sua *lógica teórica*, como veremos a seguir, certo descolamento entre “o que foi dito e

defendido” e “o que, de fato” foi demonstrado na prática”. Melhor dizendo, existem, por óbvio, pontos cegos na sua observação, que não somente residem na sua compreensão da “realidade social”, mas, principalmente, na urdidura da sua proposição ontológica. Nesse sentido, quer concordemos ou não, é necessário evocarmos – mesmo que de modo panorâmico, um tanto resumido – as principais críticas à sua *abordagem morfogenética*.

Críticas à abordagem morfogenética de Margaret Archer: um panorama ontológico, epistemológico e temporal

Margaret Archer não sofreu tantas críticas sistemáticas quanto as que ela dirigiu às proposições de Anthony Giddens. As críticas em relação à sua *abordagem morfogenética*, na verdade, são bem esparsas e fragmentárias. Todavia, o “pouco” – que não é tão pouco assim em nível qualitativo, para além do nível quantitativo – das críticas direcionadas à autora comportam pontos epistêmicos e ontológicos de suma importância, quase que cruciais ao que foi defendido (e construído) pela autora durante esses trinta e poucos anos de contribuição ao estudo da sociedade no âmbito teórico-sociológico. Ademais, a tônica geral das críticas ao pensamento da autora, por mais irônicas que sejam em alguns casos, vai justamente ao encontro, por assim dizer, de tudo aquilo que foi apontado por ela como equivocado ou confuso em relação ao pensamento giddensiano: *um outro tipo de conflagração* (Hollis, Smith, 1994; Healy, 1998; Hay, 2002).

O balanço crítico cotejado por Andrés Henríquez (2013) em sua Tese de Doutorado, deveras mais amplo do que um espaço cedido num artigo como em nosso caso, atravessando de forma rigorosa e longitudinal praticamente todas as fases de desenvolvimento do pensamento de Archer de forma bastante minuciosa, nos servirá como ponto de partida para adentrarmos nos pontos críticos de sua segunda fase intelectual, a fase “*dualista crítica*” (1995-2000). Como dito acima, e com o suporte do balanço crítico elencado por Henríquez (2013), as críticas ao empreendimento archeriano podem ser divididas em *críticas internalistas* e *externalistas*, sendo que no geral, apesar dos diferentes “flancos frágeis” apontados pelos críticos, a “pedra de toque”, quer dizer, o tom das fragilidades encontrados no pensamento da socióloga britânica, possui a seguinte característica:

Se agência e estrutura são realmente entidades ou se são separáveis, que são críticas que correspondem a planos epistêmicos ou ontológicos. Ou, se a agência tem as propriedades que Archer defende ao entrar no plano da reflexividade, ou se a estrutura é um conceito gerenciável e tem as propriedades que Archer estabelece. E até mesmo se a noção de tempo que Archer apresenta é adequada para explicar a interação mútua entre agência e estrutura (Henríquez, 2013:16).

Com base nisso, tais críticas vieram tanto da Sociologia quanto do seu *exterior* e, em alguns casos, de autores filiados ao próprio Realismo Crítico. Começemos pelas primeiras.

Um dos mais contundentes críticos de Archer foi o sociólogo britânico Anthony King, o qual publicou um instigante texto sobre as fragilidades da *abordagem morfogenética* sob o título *Against structure: a critique of morphogenetic social theory*, originalmente escrito em 1999¹⁶. King enumerou uma série de fragilidades visíveis na abordagem de Archer. Segundo o autor, especificamente na fase *dualista crítica*, podemos vislumbrar, sem muitas dificuldades, (i) um reducionismo explicativo, devido à ênfase em argumentos acentuadamente transcendentais, muito por influência de Bhaskar; (ii) um foco excessivo nas capacidades e nos poderes causais da agência; e (iii) a falta de uma base empírica mais bem problematizada e mesmo a inclinação para um certo determinismo estrutural, em alguns casos, estável. King (1999), então, sustentou que a *abordagem morfogenética* delineada por Archer tende a limitar, apesar da sua importante contribuição à Sociologia, a complexidade da vida social a uma explicação pouco crítica para consigo mesmo. Isso ocorre, na perspectiva do autor, porque a teoria tende a ignorar os elementos contextuais e contingenciais que impactam as interações sociais.

Ao dar muita ênfase aos *poderes causais da agência*, Archer, continua o autor, prejudica a análise das estruturas sociais e das relações de poder que afetam os comportamentos e as escolhas dos indivíduos ou grupos, limitando essas últimas a explicações causais por vezes rígidas e, no limite, “simplistas¹⁷”. Nesse prisma, o que também fará eco na próxima crítica, Archer, como aponta King (1999), mais descreve as “propriedades estruturais” do que oferece uma definição de “estrutura” de modo mais *operativo*¹⁸ (*epistemológico*) – como fizera Giddens anteriormente.

Muito semelhante a crítica de King (1999) são as considerações do sociólogo Kieran Healy (1998). Embora esse último tenha escrito anos antes do primeiro, ficou amplamente conhecido somente anos depois, inclusive por realistas críticos (Kuper, Kuper, 2004; Elder-Vass, 2007). Healy (1998), por exemplo, não somente criticou a definição de “estrutura” no empreendimento archeriano, vista como pouco operativa e refém da capacidade (cognitiva) dos agentes sociais; mas, principalmente, a pouca atenção que a autora deu à dimensão estrutural, algo totalmente diferente do seu tratamento acerca das dimensões cultural e agencial (Archer, 1988, 2000a). Na visão de Healy (1998), como também ressalta Henríquez (2013), Archer denotou na sua abordagem que as relações entre estrutura e agência “[...] se dão por uma forma condicionante, devendo ser consideradas como um conjunto de relações e propriedades relacionais que sobrevivem de ações passadas, implicando na sua não emergência como entidades” (Henríquez, 2013:121).

Agora, a crítica que talvez tenha levado de forma mais aguda e demonstrado as fragilidades da dimensão *temporal* na *abordagem morfogenética* – considerada, pela própria Archer, como o elemento central da sua *lógica teórica* – foi a preconizada por Stephen Bates (2006). Para o autor,

¹⁶ Gerando, inclusive, uma réplica da própria Archer (2000b).

¹⁷ Algumas críticas, nesse sentido são bem radicais, como as de Hay (2002) e Zeuner (2005).

¹⁸ A esse respeito, ver também as críticas de Kemp (2012).

Archer tendeu a apresentar, no fundo, a *dimensão temporal* como algo fixo e meramente esquemática, ignorando não somente um tratamento mais pormenorizado – o que deveria ser assumido como mais “tipológico” do que “profundamente ontológico”, como se esse fosse o “único” e verdadeiro movimento da realidade social – das mudanças no *milieu social*. O tempo, continua Stephen Bates (2006), não pode (e nem deve) ser tratado de maneira linear, visto ser algo muito mais complexo do que acreditamos ser, principalmente na vida em sociedade. Assim, segundo o autor, “Archer não fornece conceitos para explicar a mudança. Em vez disso, ela apenas descreve a mudança ao permitir a comparação de diferentes períodos históricos. Isso tem como consequência tornar a utilidade da abordagem ineficaz” (Bates, 2006:147).

À vista disso, Bates (2006) apontou fragilidades na *abordagem morfogenética* de Archer em virtude de a autora enfatizar sobremaneira a *agência* e sua capacidade “*generativa*” em detrimento das restrições presentes nas estruturas sociais e na cultura, sustentando, ainda, que a autora acaba subestimando a influência – que se dá ao longo do tempo – das estruturas sociais na formação das escolhas e comportamentos dos indivíduos. Ao final, cabe sempre à agência levar a cabo tanto a mudança quanto a reprodução social. Necessário, assim, é considerar a incorporação da análise temporal de modo mais sofisticada para entender, de fato, *como, quando e por que* ocorrem as interações entre estrutura e agência ao longo do tempo (Dépeltau, 2008). Acrescentaríamos, aliás, a inexistência de qualquer descrição sobre o *comportamento do tempo social* na *abordagem morfogenética* de Archer, quer ele seja *acelerado* (ativo), quer ele seja *desacelerado* (reativo), de modo singular, nas distintas *lógicas situacionais* apresentadas pela autora.

O argumento de Stephen Bates (2006) pode ser mais bem vislumbrado – uma vez que ampara – no exemplo dado por Henríquez (2013). Segundo esse último, não podemos entender a história como algo que acontece ao longo do tempo caso tomarmos, exclusivamente, “o tempo” como uma variável explicativa. Para explicar melhor essa proposição, o autor toma como exemplo a política de alfabetismo em Cuba após a revolução encabeçada por Fidel Castro, exemplo utilizado fartamente pela própria Archer (2009). No início desse processo político-educativo, havia uma desigualdade na distribuição dos bens culturais de leitura e escrita entre a população, concentrando os bens em determinadas classes sociais e áreas geográficas. Isso se deveu a uma série de fatores, como a falta de instituições de ensino, por exemplo. Além de ter existido uma rápida evasão dos índices escolares em função da necessidade de trabalho, Fidel Castro acatou a um apelo das Nações Unidas (ONU), em 1960, viabilizando um comitê responsável pelo alfabetismo que tornou as escolas locais ainda mais dependentes do Estado. Além disso, conquanto a maioria das escolas tenham sido abertas e mais professores foram formados e contratados, a campanha de alfabetização teve que contar, em adição, com voluntários dispostos a viajarem para áreas rurais para ensinar as pessoas a ler e escrever. A maioria desses voluntários eram estudantes com menos de 20 anos que,

no mais, enfrentavam riscos da viagem para tais áreas isoladas de Cuba. Tais grupos de voluntários educacionais, entretanto, foram viabilizados pelo governo cubano com recursos limitados em termos de valores materiais, populacionais e culturais (Henríquez, 2013).

Apesar da falta de recursos, a campanha de alfabetização se mostrou eficaz, reduzindo drasticamente o índice de analfabetismo no país. Essa redução só foi possível devido à interação sociocultural entre voluntários e pessoas alfabetizadas, que Archer chama de *fase 2*. A alfabetização tornou-se, então, um *estado estável* da sociedade cubana, caracterizada por um conceito generalizado de “propriedade cultural”. Henríquez (2013) argumenta que, embora o tempo seja importante nesse processo, não é suficiente por si só para explicar a queda do analfabetismo em Cuba. É preciso compreender a interação entre as condições estruturais da sociedade e as ações dos voluntários e alfabetizados que participaram do processo. Nesse caso, a *operacionalização* e a *lógica teórica* apresentadas por Archer podem ser mais úteis para entender a *morfogênese* e a *morfostase em processos históricos*, e não no (e pelo) tempo como uma categoria eminentemente ontológica ou epistemológica. Pois, a *primeira etapa* exposta por Archer (2009), associada à condição de *agência*, denotou tão somente os pressupostos do problema e as restrições estruturais que aquela configuração social enfrentava. A *segunda fase*, associada à interação sociocultural, mostrou como as ações dos voluntários, aliadas às condições estruturais, levaram a cabo a redução do analfabetismo no país. A *terceira etapa*, na qual a alfabetização se tornou um *estado estável* da sociedade cubana, mostrou, enfim, o resultado do processo. Desse modo, *o tempo não é, per se, uma variável constante, isolada*, mas uma variável que dependeu – e muito – *das condições de integração no sistema social em um momento*. Em outras palavras, não foi “o tempo” o responsável pelo processo, mas as condições históricas específicas em que o processo ocorreu, ensejando, por consequência, uma abordagem mais profunda e contextualizada na análise dos processos históricos (Bates, 2006; Henríquez, 2013; Eren, 2016).

No que se refere, agora, às *críticas externalistas*, isto é, oriundas do Realismo Crítico, podemos elencar as considerações de Dave Elder-Vass (2007, 2010, 2012) e Bob Jessop (2005). O primeiro, além de apontar algumas “confusões” (ou “limitações”) na compreensão de Archer sobre a ideia de *emergência*¹⁹, propõe, em adição, arranjar uma saída às críticas direcionadas pela autora de outros teóricos sociais.

Elder-Vass (2007) começa o seu argumento criticando a ideia de Archer de que as estruturas sociais são *integralmente independentes* dos indivíduos e de suas ações. Para o autor, essa perspectiva ignora, de modo parcial, o papel da *agência* na mudança social e no surgimento de novas estruturas. Além disso, Elder-Vass aponta para um problema na concepção de Archer em

¹⁹ Uma crítica sobre a ideia de “emergência” em Archer, especialmente na abordagem morfogenética, também pode ser encontrada em Domingues (2000), Stones (2001) e Salgado e Gilbert (2013).

relação à continuidade da estrutura social. Segundo Archer (2009), as estruturas sociais são relativamente estáveis e mudam apenas gradualmente, algo que Elder-Vass argumenta não ser totalmente verdadeiro, pois novas estruturas sociais emergem – dado a complexidade do universo social – a todo instante.

Elder-Vass (2007, 2010, 2012) também critica a *concepção linear* de Archer sobre a relação entre estrutura social e agentes. Na leitura do autor, Archer (1988, 2009) tendia a expor de uma forma “pouco convincente”, ou seja, de modo quase que mecânico, que as estruturas sociais são mediadas ao mesmo tempo em que moldam as práticas cotidianas dos indivíduos. Para Elder-Vass, ao contrário, tal relação é muito mais complexa (e *relacional*) do que pensa a socióloga britânica. A *relacionalidade* entre os indivíduos, especialmente entre os *grupos sociais*, contribuem, e muito, para a manutenção ou para a transformação das estruturas sociais, e essas estruturas, por sua vez, podem, da mesma forma, moldar e mesmo delimitar tais práticas de forma bastante rígida. Segundo Elder-Vass (2012):

Archer trabalha dentro da mesma tradição realista crítica que eu, e meu argumento é influenciado pelo dela de maneiras importantes, mas nossa discordância sobre a natureza da cultura ilustra o ponto que mesmo aqueles que compartilham pontos de vista filosóficos muito próximos podem diferir em sua aplicação ao reino social. [...] Argumento que esse objeto real não assume a forma de uma consciência coletiva ou de um arquivo coletivo, mas a forma de um coletivo em si, um grupo de seres humanos (Elder-Vass, 2012:9-44).

Assim, como também nos lembra Rodrigo Pimentel (2012) acerca do argumento elder-vassiano, o ponto da *crítica emergentista* do autor reside justamente na negação de impor significância causal tanto à estrutura quanto à agência, mas, sim, aos *grupos sociais* amparados em todo um *arcabouço teórico-prático*, quer dizer, “poder estrutural social” (Elder-Vass, 2010:04) – mesmo que Archer (2009) tenha explicado, ainda que de forma ambígua, o papel e as capacidades atinentes aos *grupos sociais*.

Por fim, Bob Jessop (2005) vai além das críticas em relação às *dimensões ontológica, temporal* ou *emergente*. O autor trouxe à baila, especialmente no argumento archeriano sobre as probabilidades de *reprodução* ou *elaboração social* nas diferentes *lógicas situacionais*, a falta de um aprofundamento ou integração da *dimensão espacial* na sua *lógica teórica*. Mas a coisa não é tão simples assim. Archer, segundo Jessop (2005), não somente trata as coisas de modo pouco diferenciado, tais como a “diferenças entre a sociedade e as pessoas nela”, em virtude de especificar de modo “modesto” as *reais especificidades* entre as *constrições estruturais* e os *diferentes tipos forças sociais*; mas, acima de tudo, aplica o Realismo Crítico de forma “a-crítica”, tornando-o, na prática, “monoplanar e unilinear” (Jessop, 2005:47).

Um adequado entendimento das condições sociais, tanto oriunda da estrutura social, quanto da institucionalização de certas propriedades sócio-estruturais – muitas delas *emergentes das relações sociais* –, poderia, por exemplo, dar maior atenção às interações entre os *grupos sociais*.

De modo singular, ao *constrangimento das possibilidades de ação/reação e mesmo seus efeitos sobre outros grupos sociais* (Jessop, 2005; Pimentel, 2012).

Enfim, as críticas aqui apresentadas de forma bastante resumida, dado o espaço de um artigo desta natureza, ressaltaram pontos interessantes, praticamente cruciais a quem deseja se servir da *abordagem morfogenética*. Todavia, longe de desqualificarem os esforços de Archer, tais críticas ressaltaram – mesmo que de forma subjacente – o quão importante foi o empreendimento da autora, incitando, em última análise, avanços e apontamentos significativos ao estudo da sociedade em nível onto-epistemológico, cremos.

À guisa de uma conclusão

O objetivo deste artigo foi apresentar de modo introdutório, sistemático e crítico a *abordagem morfogenética* de Margaret Archer, ainda pouco difundida no Brasil. Em vista disso, procuramos expor um pouco da sua trajetória acadêmica, bem como as motivações da autora para adentar/contribuir no debate teórico sobre as velhas antinomias sociológicas. Igualmente, detalhamos os principais aspectos das bases de fundamentação ontológica e epistemológica que Archer utilizou para construir a sua abordagem e finalizamos tanto demonstrando/exemplificando como a teoria é aplicada para explicar a realidade social, conforme a sua *perspectiva realista*, quanto apresentado de forma panorâmica as principais fragilidades de seu empreendimento, conforme apontado pela literatura secundária.

As bases de fundamentação ontológica e epistemológica utilizadas (e combinadas) pela autora são de suma importância para compreender como as “pessoas” (agentes) e as “partes” (estrutura e cultura) se relacionam (*interplay*) ao longo do tempo, refletindo o cuidado da autora em especificar – para citá-la novamente – “[...] ‘quem é quem’ e o ‘quem faz o quê’ na transformação social” (Archer, 2011:163). Assim, a autora não somente fundamentou a ideia de que a sociedade não tem uma forma preestabelecida, mas, teve o cuidado de qualificar, com base na sua *perspectiva realista*, tal afirmação levando em consideração de que a sociedade não é totalmente contingente porque estrutura e cultura – em relação à agência – são relativamente duráveis na história.

Por fim, é importante salientarmos que em nenhum momento Archer buscou desqualificar as assertivas giddensianas, mas, sim, avançar no debate e dar um maior protagonismo à *dimensão temporal*. A variável tempo não deve somente entrar na teoria social (e sociológica) como um simples artifício, mas, conforme Archer (2009:107-108), deve ser usada corretamente, uma vez que “sem a incorporação correta do tempo o problema da estrutura e da agência nunca poderá ser resolvido de forma satisfatória”. Somente através do tempo é que se pode observar realmente qualquer mudança substantiva na realidade social e como em cada contexto histórico novas

propriedades emergentes se relacionam, se combinam e operam. Assim, é necessário “alargar” a dimensão temporal, dar um passo para trás e compreender como o antes adentrou no agora. Contudo, cremos que é justamente a *dimensão temporal* que precisa ser revisitada e atualizada com maior fôlego no seu empreendimento, coisa para trabalhos futuros e, principalmente, sendo realizadas por alguns trabalhos *metassociológicos sobre o tempo social* (Cristiano, 2020; Guedes, 2023).

Referências

- ABRANTES, Paulo (1994), “Naturalizando a Epistemologia” in P. Abrantes. *Epistemologia e Cognição*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, pp. 172-218.
- ALEXANDER, Jeffrey (1987), “O Novo movimento teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, pp. 5-28. [Consult. 12-12-2022]. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/233-rbcs-04>
- ARCHER, Margaret; VAUGHAN, Michalina (1971), *Social Conflict and Educational Change in England and France 1789-1848*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ARCHER, Margaret (1979), *Social Origins of Educational Systems*. London, Routledge.
- ARCHER, Margaret (1982), “Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action”. *British Journal of Sociology*, v. 33, n. 4, pp. 455-483. [Consult. 15-08-2022]. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-4446.2009.01245.x>
- ARCHER, Margaret (1988), *Culture and Agency: the place of Culture in Social Theory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ARCHER, Margaret (1996), “Social integration and system integration: developing the distinction”. *Sociology*, v. 30, n. 4, pp. 679-699. [Consult. 15-08-2022]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038596030004004>
- ARCHER, Margaret (2000a), *Being Human: the problem of agency*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ARCHER, Margaret (2000b), “For Structure: Its Reality, Properties and Powers: A Reply to Anthony King”. *The Sociological Review*, v. 48, n. 3, pp. 464-472. [Consult. 24-06-2023]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1467-954X.00226>
- ARCHER, Margaret (2007), “The trajectory of the morphogenetic approach: an account in the first-person”. *Sociologia, Problemas e Práticas, Oeiras*, n. 54, pp. 35-47. [Consult. 01-03-2022]. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/54/550.pdf>
- ARCHER, Margaret (2009), *Teoría social realista: El enfoque morfogenético*. Chile, Ediciones Universidad Alberto Hurtado.
- ARCHER, Margaret (2011), “Habitús, reflexividade e realismo”. *Dados*, v. 54, n. 1, pp. 157-206. [Consult. 14-08-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/f56PzJtSrbkvR4h3qC3f9Gw/?lang=pt>
- BATES, Stephen (2006), “Making time for change: on temporal conceptualizations within (critical realist) Approaches to the relationship between structure and agency”. *Sociology* v. 40, pp. 143-161. [Consult. 21-06-2023]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0038038506058430?journalCode=soca>
- BHASKAR, Roy (1998), “General Introduction” in M. Archer (Org). *Critical Realism: Essential Readings*. London/New York, Routledge, pp. ix-xxiv.

- BHASKAR, Roy (2005), *The Possibility of Naturalism: A philosophical critique of the contemporary human sciences (Classical Texts in Critical Realism)*. London, Routledge.
- BHASKAR, Roy (2008), *A Realist Theory of Science*. London and New York, Routledge.
- BUCLKEY, Walter (1971), *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*. São Paulo, Editora Cultrix.
- CAETANO, Ana (2011), “Para uma análise sociológica da reflexividade individual”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 66, pp. 157-174. [Consult 12-05-2023]. Disponível em <https://journals.openedition.org/spp/523>
- CAETANO, Ana (2013), “Cadernos do Sociófilo”. *Quarto Caderno: Homenagem a Bernard Lahire*, v. 4, n. 1, pp. 27-70. [Consult 01-03-2023].
- CAMPOS, Luiz Augusto (2017), “Qual capacidade crítica? Relendo Luc Boltanski à luz de Margaret Archer”. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 3, pp. 719-740. [Consult. 12-06-2023]. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6169>
- COHEN, Ira (1999), “Teoria da estruturação e práxis social” in A. Giddens e J. Turner (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo, UNESP, pp. 393-446.
- CRISTIANO, Javier (2020), “Para una precisión sociológica del concepto de aceleración social”. *Estudios Sociológicos de el Colegio De México*, v. 38, n. 114, pp. 829-848. [Consult. 01-10-2022]. Disponível em <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/146558>
- DAHRENDORF, Ralph (1968), *Essays in the Theory of Society*. Stanford: Stanford, University Press.
- DÉPELTAU, François (2008), “Relational Thinking: A Critique of Co-Deterministic Theories of Structure and Agency”. *Sociological Theory*, v. 26, n. 1, pp. 51-73. [Consult. 15-03-2023]. Disponível em <https://us.sagepub.com/en-us/nam/journal/sociological-theory>
- DOMINGUES, José Maurício (2000). Social Integration, System Integration and Collective Subjectivity. *Sociology*, v. 34, pp. 225-241. [Consult. 18-06-2023]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/42858033>
- DURKHEIM, Émile (1995), *A evolução pedagógica*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- ELDER-VASS, Dave (2007), “For Emergence: Refining Archer’s Account of Social Structure”. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 37, pp. 25-44. [Consult. 04-06-2023]. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-5914.2007.00325.x>
- ELDER-VASS, Dave (2010), *The Causal Power of Social Structures: emergence, structure and agency*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ELDER-VASS, Dave (2012), *The Reality of Social Construction*. Cambridge, Cambridge University Press.
- EREN, Fatih (2016), “The Re-specification of Concepts in the Morphogenetic Approach for Property Market Research”. *ICONARP International Journal of Architecture and Planning*, v. 4, n. 2, pp. 15-34. [Consult. 19-04-2023]. Disponível em <https://iconarp.ktun.edu.tr/index.php/iconarp/article/view/108>
- GIDDENS, Anthony (2009), *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- GUEDES, Eduardo (2023), *A episteme reflexiva aplica ao tempo social: observação da interação entre teoria sociológica, tecnologia e mudança no tempo social*. Tese (Doutorado em Sociologia). PPGS, IFISP-UFPEL, Pelotas, 407 p.
- HAMLIN, Cynthia (2014), “Uma hermenêutica das conversações interiores: a noção de sujeito em Margareth Archer e Hans-George Gadamer”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 2, n. 4, pp. 13-47. [Consult. 18-04-2023]. Disponível em <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/118>
- HAMLIN, Cynthia Lins (2017), “Realismo Crítico” in E. Sell e C. B. Martins (Orgs.). *Teoria sociológica contemporânea: autores e perspectivas*. São Paulo, Annablume, pp. 47-75.
- HARDY, Cheryl (2018), “Histerese” in M. Grenfell (Org.). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Petrópolis, Vozes, pp. 202-231.
- HAY, Colin (2002), *Political Analysis*. Basingstoke, Palgrave.

- HEALY, Kieran. 1998. “Conceptualising constraint: Mouzelis, Archer and the concept of social structure”. *Sociology*, v. 32, pp 509-522. [Consult. 12-01-2023]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038598032003006>
- HENRÍQUEZ, Andrés (2013), *El doble juego mutuo entre agencia y estrutura en la obra de Margaret Archer: conversación interna, proyecto y fricción*. Tese (Doutorado em Sociologia). DS, UAH, Santiago do Chile, 237 p.
- HOLLIS, Martin; SMITH, Steve (1990), *Explaining and understanding international relations*. Oxford, Clarendon Press.
- JESSOP, Bob. (2005), “Critical realism and the strategic-relational approach”. *New Formations*, v. 56, n. 40, s.p. [Consult. 02-06-2023]. Disponível em <https://journals.lwbooks.co.uk/newformations/vol-2005-issue-56/abstract-8305/>
- JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang (2017), *Teoria Social: vinte lições introdutórias*. Petrópolis, Vozes.
- KEAT, Russell; URRY, John (1975), *Social Theory as Science*. London and Boston, Routledge & Kegan Paul.
- KEMP, Stephen (2012), “Interests and Structure in Dualist Social Theory: a critical appraisal of Archer's theoretical and empirical arguments”. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 42, n. 04, pp. 489-510. [Consult. 15-05-2023]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0048393111428809>
- KING, Anthony (1999), “Against Structure: a critique of Morphogenetic Social Theory”. *The Sociological Review*, v. 47, n. 2, pp. 199-227. [Consult. 12-04-2023]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1467-954X.00170>
- KUPER, Adam; KUPER, Jessica (2004), *The social science encyclopedia*. London, Routledge.
- LEPEYIÁN, Soledad (2005), “Roy Bhaskar: filósofo para la ciencia y la sociedade”. *A Parte Rei*, n. 37, pp. 1-11. [Consult. 01-06-2022]. Disponível em <http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/page47.html>
- LOCKWOOD, David (1976), “Social integration and system integration” in G. Zollschan e W. Hirsch (Orgs.). *Social Change: explorations, diagnoses and conjectures*. New York, Halsted Press, pp. 244-257.
- MARX, Karl (1989), *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Portugal, Edições 70.
- MOUZELIS, Nicos (1997), “Social and System Integration: Lockwood, Habermas, Giddens”. *Sociology*, v. 31, n. 1, pp. 111–119. [Consult. 12-02-2023]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038597031001008>
- OLIVEIRA, Nuno (2011), “Entre Cila e Caribdis, O realismo social de Margaret Archer”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 65, pp. 119-139. [Consult. 15-02-2023]. Disponível em <https://journals.openedition.org/spp/161>
- PETERS, Gabriel (2019), “Domínios de existência: realismo crítico e ontologia estratificada do mundo social”. *Teoria e Cultura*, v. 14, n. 02, pp. 82-106. [Consult. 27-06-2023]. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/27895>
- PIMENTEL, Thiago. (2012), *Espaço, Identidade e Poder: esboço de uma teoria morfogenética para a sociologia das organizações*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PPGCSO, ICH-UFJF, Juiz de Fora, 473 p.
- SALGADO, Maurício; GILBERT, Nigel (2013), “Emergence and Communication in Computational Sociology”. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, n. 43, pp. 87-110. [Consult. 17-02-2023]. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jtsb.12004>
- PORPORA, Douglas (2013), “Morphogenesis and social change” in M. Archer (Org.). *Social Morphogenesis*. London, Springer, pp. 25-39.
- SAYER, Andrew (1992), *Method in Social Sciences: a realist approach*. London, Routledge.
- SELGAS, Fernando (1994), *Teoría Social y Metateoría Hoy: el caso de Anthony Giddens*. Madrid, CIS.
- STONES, Rob (2001), “Refusing the Realism–Structuration Divide”. *European Journal of Social Theory*, v. 04, n. 02, pp. 177-197. [Consult. 11-05-2023]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/13684310122225064>

- STRAND, Michael; LIZARDO, Omar (2017), “The Hysteresis Effect: Theorizing Mismatch in Action”. *Journal for the Theory of Social Behavior*, v. 47, n. 2, pp. 164-194. [Consult. 08-01-2023]. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jtsb.12117>
- SILVA, Fábio (2014), “Entre a epistemologia e a ontologia: a teoria da estruturação de Anthony Giddens”. *Tempo Social*, v. 26, n. 2, pp. 123–136. [Consult. 18-06-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000200008>
- VANDENBERGHE, Frédéric. (2010), “Você sabe com quem está falando quando fala consigo mesmo? Margaret Archer e a teoria das conversações internas” in F. Vandenberghe. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Minas Gerais, Editora UFMG, pp. 257-273.
- VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (2016), *Além do habitus: teoria social pósbourdieusiana*. Rio de Janeiro, 7Letras.
- WEBER, Max (1958), *The Religion of India*. New York, The Free Press.
- WEBER, Max (2014), *Economia e sociedade* (Vol. 1). Brasília, Editora UnB.
- WEBER, Max (2019), *Ética econômica das religiões mundiais: Ensaio comparado de sociologia da religião*. Vol. 3 - O judaísmo antigo. Rio de Janeiro, Vozes.
- ZEUNER, Lilli (2005) “Margaret Archer versus la sociología clásica”. *Revista Colombiana de Sociología*, n. 24, pp. 135-161. [Consult. 12-03-2023]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/recs/article/view/11298>

Recebido em 05-06-2023

Modificado em 17-07-2023

Aceito para publicação em 23-07-2023